

A USAID, O REGIME MILITAR E A IMPLANTAÇÃO DAS ESCOLAS POLIVALENTES NO BRASIL.

José Alfredo de Araújo
Mestre em educação, professor de História
da Rede Pública do Estado da Bahia. Jacobina/Bahia/Brasil
Alfredoaraujo549@hotmail.com

ABSTRACT

Result of agreements MEC / USAID, Multipurpose Schools were then deployed and put into practice in Brazil's military regime from the political relations in the international political context of the Cold War acting in Latin America. Thus, the aid program of the Alliance for Progress, through USAID (U.S. Agency for International Development) and MEC (Ministry of Education and Culture), was possible only be intensified after the military coup occurred in 1964, because there was, from that moment, a whole structure in the state, ready for the convention USAID / MEC was put into practice through the educational apparatus. At that time also occurred the transformation of EPEM (Planning Team's School) in PREMEM (Expansion and Improvement of Secondary Education), resulting in all these relationships and changes in deployment of Multipurpose schools in Brazil during the military regime.

Keywords: USAID, the military regime, the Cold War, Education, Alliance for Progress.

RESUMO

Resultado dos acordos MEC/USAID, as Escolas Polivalentes foram então implantadas e colocadas em prática no Brasil do Regime Militar a partir das relações políticas no contexto político internacional da Guerra Fria agindo na América Latina. Sendo assim, o programa de ajuda da Aliança para o Progresso, através da USAID (Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional), e o MEC (Ministério da Educação e Cultura), só foi possível ser intensificado após o Golpe Militar ocorrido em 1964, pois havia, a partir daquele momento, toda uma estrutura, no Estado, pronta para que o convênio USAID/MEC fosse colocado em prática por meio do aparelho educacional. Naquele momento também ocorreu a transformação da EPEM (Equipe de Planejamento do Ensino Médio) no PREMEM (Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio), resultando todas estas relações e transformações na implantação das escolas Polivalentes no Brasil durante o Regime Militar..

Palavras-chave: USAID, Regime Militar, Guerra Fria, Educação, Aliança para o Progresso.

1. INTRODUÇÃO:

A proposta deste artigo é discutir uma pequena parte da história da educação brasileira por meio da Escola Polivalente, esta, que foi objeto de estudo da minha dissertação de mestrado com o seguinte título: Escola Polivalente San Diego: um estudo de caso na História da educação brasileira em Salvador Bahia. Neste trabalho foi discutida a História e memória da educação brasileira e baiana, por meio das políticas internacionais para a implantação deste modelo de escola que marcou o Regime Militar no Brasil a partir da década de 70. Para a discussão aqui proposta, a metodologia se fez presente a partir de leituras de obras que discutem temas sobre a história da educação no Brasil e conseqüentemente a escola polivalente e as políticas internacionais que ocorreram naquele momento histórico, dentre elas: às políticas da USAID que mesmo anterior ao Golpe de 1964, essa instituição já atuava no Brasil, na formação de professores primários, através da Universidade de Minas Gerais.

Vê-se que, enquanto aparelho ideológico, a Educação foi um dos vários mecanismos utilizados no Brasil, para o controle social. Entende-se, também, que o objetivo maior desta cooperação/acordo, entre a USAID e o MEC era internalizar no indivíduo a esperança maior de ele se escudar nos méritos pessoais, através do processo de educação pragmática e profissionalizante, necessária ao processo de modernização da produção nacional brasileira, ou seja, estes acordos políticos eram na prática resultados da política da Aliança para o Progresso¹, que substituiu a antiga política do *Big Stick* no contexto do Regime Militar brasileiro.

Os fatos mais recentes da história do capitalismo mundial parecem indicar que não é possível compreender como opera o imperialismo enquanto não se explica a vinculação do aparelho estatal do país subordinado às decisões, acordos e órgãos multilaterais, por meio dos quais boa parte das relações econômicas imperialistas se efetivam. Assim, a criação de organizações e agências multilaterais, intergovernamentais ou multinacionais, nas décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial, parece corresponder a desenvolvimento novos nas condições políticas de funcionamento e expansão do imperialismo. Ao mesmo tempo, a análise do aparelho estatal do país subordinado, nessa perspectiva, possibilitará a compreensão dos desenvolvimentos, modificações e transfigurações práticas e ideológicas que ocorrem com a dominação imperialista, no interior da sociedade subordinada.

Assim, seguindo uma organização textual para uma melhor compreensão do tema aqui proposto, o texto assim está organizado: primeiramente uma breve discussão sobre a USAID, em um segundo momento desenvolve-se uma breve compreensão sobre o PREMEM, posteriormente uma análise sobre o projeto de Educação da Aliança para o Progresso e, finalmente, as considerações finais.

2. A USAID:

Esta instituição estava estritamente ligada à esfera da educação brasileira, manifestando-se toda uma intenção em legitimar um projeto de transformação modernizadora da educação imposta à nacionalidade brasileira, com a finalidade de direcionar sua racionalidade pelo modo de produção capitalista. Logicamente, era uma visão de educação a partir do contexto da sociedade brasileira, historicamente dividida em classes. É assim que: [...] *impuseram-se mudanças radicais no processo de ensino, objetivando modernizá-lo pela internalização da filosofia pedagógica desenvolvida nos EUA*². Da mesma forma:

Houve toda uma mobilização dos quadros da inteligentzia pedagógica brasileira no sentido de absorção das práticas educativas observadas nos EUA, principalmente com referência à efetividade e a eficiência do aparelho alternativo para as minorias, ali desenvolvido. [...]. E a educação, como não podia deixar de ser, foi a principal envolvida, contando, inclusive, com a postura acrítica de educadores colonizados.³

A partir desta mobilização, o ensino primário e médio brasileiro foi totalmente transformado: unificou-se o primário com o ginásio e profissionalizou-se o colégio, e, dando continuidade a estas transformações, efetuou-se a mudança da lei básica da normalização de ensino. Para oficializar estas mudanças. A partir de então, criou-se a Escola Polivalente. Dessa forma, com ajuda financeira, política e ideológica internacional nascia o modelo de Escola Polivalente no Brasil. Logo, o CFE (Conselho Federal de Educação), parte da instituição educacional brasileira, o MEC e também a DES (Diretoria do Ensino Secundário) decidiram que a ajuda norte-americana seria muito importante para resolver os problemas da educação no Brasil. A partir de então, a USAID é convidada para dar suporte técnico e financeiro à educação, tendo outras funções tais como: dar assistência aos conselhos e secretarias estaduais de Educação, treinar a equipe de técnicos brasileiros em planejamento de ensino, etc.

Neste momento, a USAID contrata os serviços do sistema universitário do Estado da Califórnia (EUA), que, por meio da *San Diego State College Foundation*, ofereceu os serviços de seus especialistas para atuarem como consultores durante dois anos, tendo eles a obrigação de orientar a área de planejamento de ensino no nível secundário em âmbito federal e estadual. Esperava-se então destes especialistas:

- a) Formação de uma equipe integrada por funcionários do Ministério e do DES devidamente treinados para orientar e assessorar, em caráter permanente, os estados no setor do planejamento do ensino secundário (o que veio a ser a Equipe de Planejamento do Ensino Médio, a EPEM).
- b) Planos racionais sobre o ensino secundário de âmbito estadual, de grande e pequena amplitude, para um mínimo de seis Estados e para tantos Estados quanto permitissem as condições (resultou no Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio – PREMEM – como sendo o produto do planejamento encomendado à EPEM);
- c) Circunstanciado relatório e recomendações ao Ministério, ao DES e ao Conselho (CFE) acerca das condições e reclamos do ensino secundário no Brasil, decorrente do desenvolvimento de planos estaduais (resultou igualmente na transformação completa do ensino Médio e Primário com a promulgação da Lei nº 5.692/71).⁴

Estavam, aí, os três pontos principais do processo de “modernização” da educação brasileira: a criação da EPEM, posteriormente incorporada ao PREMEM e, finalmente, a Lei 5.692/71. Esta norteou toda a educação brasileira em nível básico no contexto do Regime Militar a partir de 1971. Todas estas transformações foram realizadas por uma instituição universitária norte-americana, a **San Diego State College Foundation**. Quanto ao governo brasileiro, cabia-lhe a responsabilidade de reproduzir na população, por meio da rádio e escrita, a importância deste projeto para o desenvolvimento brasileiro e suas ligações com a Aliança para o Progresso. Era uma exigência da USAID, a agência financiadora dos projetos educacionais.

Fica claro o poder de atuação da USAID no Brasil para imprimir um modelo de dominação através da política da Aliança para o Progresso, utilizando a educação para atingir os objetivos de dominação política e ideológica do povo brasileiro. Assim, evitar-se-ia a ascensão das camadas

populares no Brasil, uma vez que a USAID estava financiando a “modernização” da educação brasileira. Ou seja, exatamente:

O modelo alternativo utilizado pelos EUA conota uma marcante dimensão ideológica na solução dos seus problemas sociais na medida em que, reconhecendo as desigualdades sociais, procura dissimulá-las através de práticas políticas capazes de manter a hegemonia da classe dirigente. É a política de mudar para continuar. Neste sentido, não é de se estranhar que tenha sido justamente a solução aplicada para as minorias locais, nos EUA, a escolhida para o programa da ajuda pela USAID ao segmento educativo brasileiro. O financiamento desse programa é o financiamento da nossa dependência político-econômica aos EUA, na mesma medida em que aqueles programas alternativos aplicados para as minorias nos EUA constituem a legitimação daquelas classes como subalternas na sociedade norte-americana: os negros, índios, porto-riquenhos, chicanos.⁵

Mais uma vez se esclarece a reprodução de um modelo de educação que não levou em conta, em momento algum, a realidade cultural brasileira, mas uma educação copiada de um país que tinha por princípio um modelo de educação para formar mão-de-obra barata, utilizando os excluídos da sociedade. Aqui no Brasil, através da ajuda técnica e financeira da USAID ele foi colocado em prática com total conivência da elite brasileira que, utilizando o Estado como aparelho de classe, reproduziu-a com a mesma finalidade com que era aplicado este modelo de educação nos EUA. Compreende-se que não havia interesses em mudar verdadeiramente o Brasil em sua estrutura política, econômica e social, foi na verdade a reprodução do “*Ordem e Progresso*”, ou melhor, “*mudar para continuar*”.

Assim, entre os programas de estudos que foram acordados entre as instituições interessadas, estavam os cursos proporcionados na San Diego State University para os brasileiros que foram escolhidos pela USAID, e, ao término destes viria colocar em prática o novo modelo educacional absorvido nos EUA. Destacamos aqui também o SAN-MEC – Programa de Mestrado:

Desde 1967, um total de 42 educadores brasileiros receberam o grau de Mestre de Artes em Educação na Universidade Estadual de San Diego.

Esse programa desenvolvido pelo SAN-MEC contratou ainda a Universidade do New México para desenvolver o treinamento dos supervisores das áreas de Ciências e Artes Práticas (Técnicas Comerciais, Técnicas Agrícolas, Educação para o Lar, Artes Industriais) [...].

Assim sendo, a parte metodológica e doutrinária ficou sob a responsabilidade da San Diego, e a técnica operacional para o grupo de Ciências e artes ficou para a New México.⁶

Por meio das duas instituições norte-americanas, o acordo MEC/USAID colocou em prática a formação dos supervisores e a modernização da educação brasileira, através de profissionais que voltavam para o Brasil, com as idéias do colonizador, formados em instituições previamente escolhidas para compor e formar o corpo técnico da educação brasileira. Embora a História tenha mostrado que o Regime Militar desenvolveu a indústria brasileira e modernizou a educação a partir dos seus interesses, em contrapartida, atrelaram o Brasil aos EUA⁷, contraindo enormes dívidas para com aquela nação, a partir dos diversos acordos políticos e financeiros, dentre eles, os acordos MEC/USAID.

3. PREMEM

Este órgão foi resultado de um novo acordo firmado em 13 de maio de 1970, entre a USAID/MEC, e, a partir de 1972, a EPEM foi incorporada à estrutura de planejamento do MEC, perdendo, portanto, sua autonomia e incorporando-se administrativamente ao PREMEM, passando este a ser o responsável por todo o plano de reforma, a estruturação dos mecanismos de intervenção e o planejamento do treinamento do pessoal que foi e voltou dos EUA, com a finalidade de multiplicar, aqui no Brasil, por meio da educação, os conteúdos adquiridos e internalizados nos EUA, na Universidade de San Diego State Foudation College. O PREMEM passou a ser o responsável pela reforma do ensino brasileiro e pela implantação das Escolas Polivalentes, tornando-se.

[...] um organismo administrativo criado pelo Decreto Presidencial de nº 63. 914 de 26 de dezembro de 1968, para incentivar e implementar o desenvolvimento quantitativo, a transformação estrutural e o aperfeiçoamento do ensino médio, e, com base no planejamento do EPEM, construir, instalar e equipar Escolas Polivalentes que associam a educação geral à sondagem vocacional. Começou a funcionar em quatro Estados: Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul e Espírito Santo.

[...]. A fim de compatibilizar o PREMEM aos objetivos de novos acordos de financiamento com a USAID, o governo, através do Decreto nº 70.067 de janeiro de 1972, reformulou a estrutura do órgão [...], tendo como objetivo fundamental o aperfeiçoamento de todo o sistema de ensino de 1.º e 2.º graus do país.

[...] o PREMEM assimilou alguns resíduos da idéia do Ginásio Orientado para o Trabalho (GOT) (criação material da Diretoria do Ensino Secundário – DES – do MEC) nos anos sessenta. A elaboração do PREMEM pela EPEM se processou entre 1966 e 1970, quando foram definidas as linhas mestras da Escola Polivalente, para ministrar ensino da 5ª a 8ª série, podendo, a depender da caracterização do modelo de escola (se escola de área ou integrada), cada um deles se diferenciar de acordo com o modo pelo qual se relacionava com o contingente de 1.ª à 4.ª série inicial.

[...]. A partir da entrega das primeiras escolas polivalentes, em 1971, foram assinados vários acordos complementares de empréstimos com a USAID, tendo também participado, desta feita, o BID e o BIRD.⁸

Assim, coube ao PREMEM organizar as Escolas Polivalentes. Estas marcaram o contexto histórico desenvolvimentista brasileiro junto à política internacional da Aliança para o Progresso e à Ditadura Militar no Brasil. O modelo de escola polivalente foi uma cópia das escolas públicas existentes nos EUA, para os também excluídos da sociedade norte-americana. Aqui no Brasil, tornou-se responsável pela formação da massa de trabalhadores flexíveis e obedientes à nova realidade de produção brasileira.

Desta forma, o PREMEM surgiu exatamente quando todo o contexto político e econômico exigia a reformulação da educação brasileira, por meio dos empréstimos e acordos realizados com a USAID quando esta instituição tinha a finalidade de “ajudar”⁹ os países periféricos, que viviam o contexto de Ditaduras Militares, estas, produto da grande potência capitalista do continente americano, os EUA.

4. PROJETO DE EDUCAÇÃO DA ALIANÇA PARA O PROGRESSO

Após breve análise da USAID e o PREMEM e também do contexto político vigente no Brasil, chega-se então o momento de conhecer as articulações políticas educacionais pelo projeto de educação da Aliança para o Progresso, projeto este, resultado de três reuniões, cujo objetivo era decidir a educação que seria colocada no Brasil, resultando então na implantação das Escolas Polivalentes e na criação da Lei 5.692/71, esta, que legalizou e oficializou toda a educação básica no Brasil durante o Regime Militar, ou seja, todas estas transformações ocorridas são resultados dos programas político, econômico e ideológico da Aliança para o Progresso para evitar o socialismo na América Latina. Como se sabe, a educação é um mecanismo poderoso para imprimir os valores do grupo dominante, logo, o modelo de escola que estava sendo implantado vinha exatamente responder aos interesses das classes dominantes, tanto brasileiras quanto estrangeiras, ou seja, a união da burguesia nacional com o capital estrangeiro.

Fazendo-se então, uma análise por ordem cronológica para conhecer o que foi este projeto de educação da Aliança para o Progresso, primeiramente pode-se destacar a **Reunião Extraordinária do Conselho Interamericano Econômico e Social em Nível Ministerial**, realizada em Punta del Este, Uruguai. Ela estabeleceu um plano de metas para a educação devendo propor as Metas da Aliança para o Progresso na educação, as quais deveriam ser alcançadas nos dez anos seguintes. Estas metas tinham por objetivo oferecer:

- a) [...], mínimo, seis anos de educação primária, gratuita e obrigatória, para toda a população em idade escolar. [...].
- b) realizar campanhas [...], com vistas ao desenvolvimento das comunidades, habilitação de mão-de-obra, extensão do analfabetismo [...].
- c) reformar e estender o ensino secundário, de tal modo [...], que nova geração tenha oportunidade de continuar sua educação geral e receber um tipo de formação vocacional ou profissional de alta qualidade.[...].
- d) realizar estudos com o objetivo de atender as múltiplas necessidades de mão-de-obra qualificada, exigida pelo desenvolvimento industrial [...];
- e) reorientar a estrutura, conteúdo e métodos de educação em todos os níveis, [...], adaptá-los melhor aos progressos [...], dos países latino-americanos e às exigências de seu desenvolvimento social e econômico;
- f) desenvolver e fortalecer centros nacionais e regionais, para o aperfeiçoamento e formação de mestres e professores, e especialistas (...) na administração dos serviços educacionais, requeridos para a consecução das referidas metas.¹⁰

Estavam aí as primeiras metas a serem alcançadas, cabendo então ao PREMEM quanto instituição responsável pela reforma da educação brasileira colocar em prática todas elas no Brasil da Ditadura Militar, tanto o tempo mínimo de escolarização como a erradicação do analfabetismo, adaptando todo o programa educativo aos interesses da industrialização, não só do Brasil, mas da América Latina, com exceção de Cuba. Deveria também melhorar a formação do corpo técnico, professores, diretores etc., que, por meio das Escolas Polivalentes, colocavam o programa junto com seus projetos em prática.

Quanto à **Segunda Conferência sobre Educação e Desenvolvimento Econômico e Social na América Latina**, esta foi realizada em Santiago do Chile, em março de 1962. Naquela reunião, criaram-se metas e critérios para alcançar os objetivos da educação através das estruturas e administração dos serviços educativos, com o objetivo maior de aproveitamento máximo dos recursos disponíveis. Em vista disso, recomendava-se que a estrutura do sistema escolar nos países latino-americanos deveria compreender:

- a) uma primeira etapa, de 8 a 9 anos de educação geral, que, [...], abranja a educação primária e o 1º ciclo ou o ciclo básico da instrução média. Nessa etapa, que culminaria em um período de orientação vocacional, conviria explorar, estimular e desenvolver as aptidões de cada criança, que servirão de esteio futura formação especializada;
- b) uma segunda, de 2 a 4 anos, [...],variará segundo se trate de formação vocacional ou profissional, que conduzirá a estudos superiores;
- c) uma terceira, de 2 a 7 ou 8 anos, em que a formação geral se combinaria, em proporções variadas, com as múltiplas modalidades da formação especializada profissional ou científica, de nível superior;
- d) como solução temporária para os próximos anos, uma etapa de 2 ou 3 anos de iniciação profissional sobre a base do nível primário, destinada especialmente àqueles que, por diversas razões, completem, os estudos primários aproximadamente aos 15 anos.

Quanto à educação primária, as recomendações acentuavam a necessidade de se proporcionar assistência alimentar, o aumento dos dias escolares para duzentos, seis anos de escolaridade para a população em idade escolar, e, principalmente, dentre outras recomendações, que se oriente a atividade da escola para que a criança obtenha conhecimento, habilidades, hábitos e atitudes próprias da educação capaz de contribuir eficazmente para o desenvolvimento econômico e social [...].¹¹

Nessa conferência, esclarece-se o objetivo da educação no contexto da Aliança para o Progresso, ou seja, a educação deve contribuir exatamente para o mundo do trabalho, formar trabalhador e não cidadão trabalhador: “[...], **que se oriente a atividade da escola para [...] contribuir eficazmente para o desenvolvimento econômico e social**”. Estava ai a meta principal desta conferência, pois se tinha a proposta no papel e foi posta em prática por meio das Escolas Polivalentes, oficializadas pela Lei 5.692/71, cabendo então à Escola Polivalente formar o novo trabalhador brasileiro no contexto do Regime Militar.

Portanto, estavam os objetivos inseridos no currículo¹² do novo modelo de educação implantada no contexto político e econômico brasileiro de dependência aos EUA.

Quanto à 3ª e última Conferência, esta ficou considerada **como a Reunião Interamericana de Ministros da Educação**, realizada em agosto de 1963, em Bogotá, na Colômbia. A característica principal desta reunião foi o caráter pragmático e marcadamente democrático e nacionalista. A sua finalidade foi:

Avaliar o desempenho do plano decenal de Educação da Aliança para o Progresso, como também propor as correções necessárias à plena concretização daquela proposta. Consideravam ainda os membros daquela reunião que embora as recomendações propostas pela Carta de Punta del Este [...], as metas precisas só podiam ser explicitadas a partir da realidade de cada nacionalidade. E nisso estavam acordes os ministros reunidos quando declararam ‘Que as metas propostas em Punta del Este e em Santiago do Chile, estabelecidas quantitativamente para serem cumpridas nos próximos dez anos, constituem um ponto de referência para orientar a ação e avaliar os progressos realizados, mas não podem servir de metas precisas para os planos de desenvolvimento educacional de cada país.’¹³

Nessa reunião, tentou-se afastar a idéia que estava naqueles documentos, de que o aparelho educativo deveria funcionar para formar mão-de-obra trabalhadora. Observou-se a necessidade da formação de um homem pleno, histórico e social, e também se tentou acabar com a idéia da formação individualista do sujeito histórico e, da mesma forma, desmistificar a ascensão social unicamente pelo trabalho profissional. Ressaltou-se, ainda, a importância da solidariedade, da não competição e de adequar a educação à realidade de cada país. Por isso os ministros recomendaram que:

- [...], os países americanos se orientassem no sentido da realização dos seguintes fins:
- a) formação e desenvolvimento, no indivíduo, da capacidade de raciocínio, espírito crítico, capacidade criadora e ânimo realizador;
 - b) fortalecimento da convicção de que cada indivíduo tem deveres para com a comunidade, uma vez que somente nela se desenvolve plenamente sua personalidade [...];
 - c) desenvolvimento da capacidade de ajustar-se de maneira construtiva às alterações que se operam em cada indivíduo e na sociedade;
 - d) desenvolvimento da compreensão da interdependência dos grupos sociais no plano nacional, continental e mundial, e na importância da paz e da cooperação [...];
 - e) formação de uma concepção do mundo e da vida, inspirada nos mais altos valores da nossa cultura e orientada no sentido dos ideais da democracia, na qual se integrem o pensamento e a ação'.¹⁴

Nesta conferência, percebe-se que houve uma crítica ao Projeto de Educação da Aliança para o Progresso, feita pelos ministros que lá estiveram e que apresentaram propostas para um novo projeto que levasse em conta o ser humano enquanto ser crítico e pleno de seus direitos individuais e coletivos. Foi, então, esta conferência, de encontro aos projetos apresentados nas conferências anteriores. Afinal, para os participantes, o homem deveria ser o ponto principal e mais importante naquela relação econômica, e não a produção e o lucro. Será que a prática partiu exatamente do que foi “pensado” e criticado por aqueles ministros? A história mostrou que o modelo de educação que estava neste projeto e posteriormente foi implantado, visava, sim, formar trabalhadores voltados para aumentar o lucro dos patrões. E este projeto é que foi posto em prática.

Também estava presente a esta conferência a representação brasileira, que chegou a declarar que a Aliança para o Progresso se encontrava diante da opção histórica: “ou buscava o apoio do povo ou perece”. Estas colocações posteriormente puderam ser comprovadas pela *intelligentia* do Sistema norte-americano, especialmente pelo Prof. T. O. Walker, da Universidade de Ohio, que, quando em conferência no Departamento de Estado, disse: “[...] a aliança mostra-se um fracasso”, pois em entrevista ao jornal do Brasil:

Parecia razoável prover os governos latino-americanos de capacidade contra-revolucionária para assegurar um período de estabilidade no qual as nações envolvidas pudessem fazer a transição do subdesenvolvimento para a “arrancada” desenvolvimentista [...]. Mas,

Infelizmente essas hipóteses foram prejudicadas por equívocos políticos e econômicos fundamentais. Ignoramos o princípio mais básico da política: que os benefícios e privilégios correm para os grupos da sociedade em proporção direta à sua capacidade de demonstrar ou exercer o poder. Assim, é muito simples: equipando com sofisticada capacidade contra-revolucionária os governos de elite da América Latina, nós os tornamos imunes ao poder coercitivo das massas populares. Em breve, as classes

dominantes chegaram à conclusão óbvia de que realmente não era necessário fazer sacrifícios distributivos solicitados pela Aliança, uma vez que as reivindicações populares poderiam simplesmente ser suprimidas. Os “Che guevaras” e os “carlos mariguélas” foram eficientemente despachados, assim como todos os governos populares que davam sinais de ameaçar o status quo. Em breve ditaduras militares ultraconservadoras tornaram-se a regra, e não a exceção.¹⁵

Fica evidente que o projeto da Aliança para o Progresso era, na sua essência, uma forma de reprimir qualquer movimento social que viesse colocar em perigo os valores historicamente constituídos do sistema capitalista nas nações latinas. Não era, assim, um projeto local, mas um projeto de cunho internacional, da mesma forma que não era um projeto para o povo, mas um projeto para as elites dominantes dos Estados capitalistas, burgueses. Tinha, portanto, significado político contra-revolucionário o projeto da Aliança para o Progresso, com a eliminação dos “Che Guevaras” em Cuba e os “Carlos Mariguélas” no Brasil, por meio da Ditadura Militar, instalada em 1964, esta, também, um projeto da Aliança para o Progresso, que aqui encontrou um terreno perfeito onde uma elite dominante estava totalmente compromissada com o projeto da Aliança e submetida à Carta de Punta del Este e à Conferência de Santiago, que foram então aplicadas no Brasil.

E a partir da instalação da ditadura que “Toda cota de financiamento de ajuda antes negada foi concedida até com mais liberdade, diante do alinhamento em que se posicionou o Brasil em 1964 – confirmando integralmente as palavras do Prof. Walker”¹⁶. Ou seja, realmente as “Ditaduras Militares tornaram-se a regra, e não a exceção”. A ditadura prevaleceu, tornando-se realmente uma regra em vários países da América Latina, principalmente no Brasil.

Não só em Punta del Este, em 1961, em Santiago do Chile, em março de 1962 e, por último, em Bogotá na Colômbia, em agosto de 1963, foram realizadas conferências para decidir o projeto de educação da Aliança para o Progresso. Também aqui, no Brasil, foram realizadas três conferências com o objetivo de compatibilizar as recomendações da Carta de Punta del Este e as recomendações da Conferência de Santiago.

As conferências aqui aconteceram tendo como objetivo a organização do segmento educativo, para atender ao novo projeto histórico nacional de modernização da educação, em virtude de o país estar alinhado aos EUA por meio da Aliança para o Progresso. É importante lembrar que a divisão em classes distintas foi o que mais delineou a política da Aliança para o Progresso e o Regime Militar pós-1964, que justificava a profissionalização obrigatória da classe trabalhadora. Coincidentemente ou não, por meio do “[...], decreto do Presidente da República, de nº 54.999, datado de 13 de novembro de 1964, foi instituída a Conferência Nacional de Educação”¹⁷. Estabeleceu-se, então, o mês de março (coincidentemente?) para a sua realização, sendo Brasília a sede da primeira conferência, de um total de três. Posteriormente, por meio de uma portaria do MEC, de nº 348, de 20 de dezembro de 1965, regulamentava-se o decreto presidencial.

Em seguida, aconteceu a Primeira Conferência Nacional de Educação, durante o Regime Militar em Brasília, entre Março e Abril de 1965, tendo como tema central: “a coordenação de recursos e medidas para o desenvolvimento da educação nacional”, com dois subtemas: “normas para elaboração, articulação, execução e avaliação dos planos de educação”¹⁸.

Já a 2ª Conferência Nacional de Educação aconteceu em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, em 1966, tendo como objetivos: “desenvolvimento do ensino primário, treinamento, formação e aperfeiçoamento de professores primários, construção e equipamentos de escola.”¹⁹

Quanto à 3ª e última Conferência, aconteceu em Salvador, na Bahia, em Abril de 1967, Esta teve como tema central “a extensão da escolaridade” e, como subtema, a “criação de classes de 5ª e 6ª

séries e a articulação entre ensino primário e ginásial”. Visava principalmente, a reformulação do conteúdo de ensino do primário e do 1º ciclo do ensino médio, com a finalidade de alcançar os objetivos da formação de cultura geral moderna e, principalmente, exploração vocacional, ou seja:

[...], os sistemas de ensino devem consagrar o ginásio multicurricular e polivalente como solução mais adequada para a reorganização da escola média de 1º ciclo, transformando, em unidades desse tipo, os ginásios já existentes e não criando unidades escolares fora desses moldes.²⁰

Estavam, neste momento, sendo lançadas em Salvador, de acordo com o projeto e orientação da Aliança para o Progresso, as bases de implantação do novo modelo educativo da Escola Polivalente e a reforma do ensino médio, que posteriormente foi oficializado pela Lei 5.692/71. A finalidade da 3ª Conferência Nacional de Educação foi internalizar os conceitos pragmáticos e economicistas da carta de Punta del Este e da Conferência de Santiago, projetando as diretrizes técnicas da Escola Polivalente no Brasil.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Foi a ideologia desenvolvimentista que se delineou também no novo projeto histórico nacional de educação voltada para os interesses da classe dominante, e, como a educação não era neutra, a mesma agiu na prática como aparelho e mecanismo ideológico de controle social, assim, foi então colocada em prática, por meio das Escolas Polivalentes, a educação para as “minorias” brasileiras.

Logo, o modelo de Escola Polivalente tem sido na história e memória da educação brasileira um exemplo daquilo que era um novo modelo de educação e escola que nasceu de um contexto de relações políticas e econômicas internacionais para a formação da mão-de-obra trabalhadora no auge do Regime Militar, uma escola que nasceu dos acordos MEC/USAID, Conferências Internacionais e Nacionais que delinearão todo o projeto de educação implantado em um contexto político internacional na realidade política, social e cultural da educação brasileira.

Concluindo então que a educação foi naquele momento se adequando a partir do contexto político, econômico e cultural vividos pelos sujeitos historicamente datados. Era a Guerra Fria, o Regime Militar e seu projeto desenvolvimentista colocado em prática por meio da educação oferecida às camadas populares. Assim, este projeto de escola e educação cumpriu em parte a reprodução dos valores do imperialismo norte-americano no Brasil. Historicamente datado por meio do Regime Militar.

6. REFERÊNCIAS:

[1] IANNI, O. Imperialismo na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988. p. 106.

[2] ARAPIRACA, J. O. A USAID e a Educação brasileira., São Paulo. Autores Associados: Cortez, 1982. p. 110-111.

[3] Ibid., p. 110-111.

[4] Ibid., p. 112

[5] ARAPIRACA, J. O. Op., cit., p. 127.

[6] *Ibid.*, p. 131.

[7] Importante leitura sobre o processo de expansão dos EUA na América Latina, e principalmente no Brasil, é a obra de **BANDEIRA**, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história*. Rio de Janeiro Civilização Brasileira, 1973. É um trabalho de pesquisa que discute historicamente um período de dois séculos de interesses políticos, econômicos e culturais dos EUA em relação ao Brasil, como parte da América Latina.

[8] **ARAPIRACA**, J. O. *A USAID e a Educação brasileira*, op. cit., p. 135;136;137. O autor informa através MEC/SG/PREMEM *Fundamentação Teórica da Escola Polivalente* (série A Escola Polivalente, v. 1), mimeog.:

[9] **ROMANELLI**, Otaiza de Oliveira. A Política Educacional dos Últimos Anos. In: *História da Educação no Brasil* 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2003. Cap. 5, p. 200 “Em se tratando de sociedades colonizadas ou recém-saídas do colonialismo, a ajuda internacional tem sido instrumento eficiente de fornecimento e preparo de mão-de-obra ou recursos humanos de vários níveis de qualificação, culturalmente adaptados aos objetivos da consolidação da dependência, mesmo após a emergência das sociedades nacionais”.

[10] Apud **ARAPIRACA**, J. O. *A USAID e a Educação brasileira*. op. cit., p. 140-141. O autor cita o *Plano Decenal de Educação da Aliança para o Progresso*.

[11] Plano Decenal de Educação da Aliança para o Progresso. Apud **ARAPIRACA** J. O. *A USAID e a Educação brasileira*. op. cit., p. 141;142;143;144;145.

[12] [...], em termo de classe, [...], o currículo está centralmente envolvido em relações de poder [...], o currículo, enquanto definição “oficial” daquilo que conta como conhecimento válido e importante, expressa os interesses dos grupos e classes colocados em vantagem em relações de poder. Desta forma o currículo é expressão das relações de poder, ao se apresentar, no seu aspecto ‘oficial’, como representações dos interesses do poder, constitui identidades individuais e sociais que ajudam a reforçar as relações de poder existentes, fazendo com que os grupos subjugados continuem subjugados. O currículo está, assim, no centro de relações de poder [...]. **MOREIRA**, Antonio Flávio; **SILVA**, Tomaz Tadeu. *Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução*. In: **MOREIRA**, Antonio Flávio; **SILVA**, Tomaz Tadeu (Orgs.). *Currículo Cultura e Sociedade*. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez. 1995. p. 29. *Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução*.

[13] Plano Decenal de Educação da Aliança para o Progresso. Apud **ARAPIRACA**, J. O. *A USAID e a Educação brasileira*. op. cit., p. 143-144-145.

[14] Plano Decenal de Educação da Aliança para o Progresso. Apud **ARAPIRACA**, J. O. *A USAID e a Educação brasileira*. op. cit., p. 143-144-145.

[15] **WALKER**, T. O. [Entrevista] *Jornal do Brasil*, 25 maio 1979, apud **ARAPIRACA**, J. O. *A USAID e a Educação brasileira*. op. cit., p. 145.

[16] **ARAPIRACA**, J. O. Op., cit., p. 146.

[17] *Ibid.*, p. 147

[18] Anais da I Conferência Nacional de Educação, MEC/INEP, 1965, apud **ARAPIRACA**, J. O. *A USAID e a Educação brasileira*. op. cit., p. 148.

[19] Anais da II Conferência Nacional de Educação, MEC/INEP, 1966, apud **ARAPIRACA**, J. O. *A USAID e a Educação brasileira*. op., cit., p. 148.

[20] *Ibid.*, p. 148-149.